

ATA DA REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, realizou-se na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Jacinto Machados/SC, a décima quarta reunião do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, com primeira chamada para as quatorze horas e com objetivo de discutir a seguinte pauta 1) Apresentação da chefia dos parques 2) Calendários de abertura do Parque Nacional de Aparados da Serra em feriados de 2006; 3) Abertura do Parque Nacional da Serra Geral e explicitação das trilhas permitidas; 4) Credenciamento de agências de turismo e de condutores; 5) Assuntos gerais.

A analista ambiental do Parque Nacional da Serra Geral Tatiana Figueira de Mello dá início à reunião discorrendo sobre a importância dos conselhos para a efetivação das Unidades de Conservação, ressaltando como o Ibama está dando atenção às ações de formação e de fortalecimento dos processos de gestão participativa.

Após esta breve exposição ela apresenta o novo chefe dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, o analista ambiental Deonir Geolvane Zimmermann, engenheiro agrônomo formado na UFSC com mestrado em Agroecossistemas pela mesma universidade e que trabalhou nos últimos três anos no Escritório Regional de Vilhena, no estado de Rondônia.

Deonir se apresenta e solicita que os presentes à reunião se identifiquem o que se segue.

Após a apresentação de todos os presentes o chefe da Unidade de Conservação discorre sobre as dificuldades de encontrar o histórico do conselho e ressalta a necessidade de reestruturação e renovação do mesmo, tendo em vista a existência de novas entidades representativas de moradores da área dos parques e do entorno, como é o caso da Comunidade de Quilombolas de São Roque e de outras comunidades de moradores dos Parques em SC que não entraram na estrutura do conselho. São feitas questões a respeito da estrutura que um conselho deve ter de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e qual é o papel do secretário executivo, ao que Deonir responde que nesta reunião em específico quem está lavrando a ata é o Heitor mas que a idéia é que seja o secretário executivo, que tem também outras atribuições. Para viabilizar a reestruturação é criado o Grupo de Trabalho Reestruturação do Conselho que conta com a participação dos seguintes membros (que se inscreveram a participar): Mário Guadagnin (UNESC); Tadeu Santos (sócios da Natureza, ONG ARA/SC); Novembrina Meneguel (Secretaria de Turismo de Cambará); Silvana Paiva da Luz (AETURCS); Seno de Quadros (Secretaria de Meio Ambiente de Cambará); Dilton Pacheco (Departamento de Turismo de Jacinto Machado); Luciana Boff Coelho (Assessora de Planejamento e presidente do COMUDE Cambará); Joice de Aguiar (Secretaria de Turismo de Paraia Grande); Jonathan Reis (Secretaria de Agricultura de Paraia Grande); Cláudio Marenzi (Reflorestadores Unidos); Ernandi de Matos Fernandes (Associação de Moradores do Morro Grande e Morro Agudo); Rodrigo da Rosa (APCE) e Inês Pilatti Salla (Asear-EMATER/RS). A primeira reunião do Grupo de Trabalho fica agendada para o dia quatorze de março de dois mil e seis, às 10hs, na sede do Parque Nacional de Aparados da Serra.

Após a criação do grupo de trabalho é dado início ao primeiro ponto da pauta, a definição das próximas reuniões do Conselho, que ficam definidas, por consenso, serem sempre na segunda-feira de cada mês, com periodicidade trimestral (conforme dispõe o Plano de Manejo), sendo as deste ano marcadas para os dias onze de abril, onze de julho e dez de outubro.

O segundo ponto da pauta - abertura do Parque Nacional de Aparados da Serra em feriados - tem início com o Sr. Deonir defendendo abrir apenas no feriado de carnaval. É levantada, por parte de alguns conselheiros, a importância para o incremento turístico da cidade, de que o parque esteja aberto em todos os feriados, ao que a analista ambiental Tatiana afirma que há outras atividades do Parna, que não o turismo, que também são importantes. Sugerem que o parque seja aberto nas segundas-feiras dos feriados e que fechem em outro dia da semana, levanta-se sobre a importância de implantação do Plano de Manejo (que propõe que apenas um dia da semana seja fechado). Deonir ressalta que o Ibama não tem funcionários o suficiente para abrir um só dia e que é fundamental a ajuda das prefeituras; Tatiana fala das dificuldades do parque e sobre a importância do conselho ser também propositivo, não apenas

demandar ou receber informações, ressaltando que o fortalecimento da gestão participativa depende também do próprio conselho. Deonir sugere que seja colocada em votação a abertura do parque no primeiro de maio, ao que a gerente executiva do Ibama/RS, Sra. Cecília Hipólito sugere que haja um consenso, abrindo o parque no dia primeiro de maio e atribuindo ao conselho a responsabilidade de auxiliar no desenho e na viabilização de estratégias de abertura. A proposta é aprovada por consenso.

Dando início ao terceiro ponto da pauta – abertura do Parque Nacional da Serra Geral e explicitação das trilhas permitidas - o Sr Deonir fala que o uso das trilhas está disciplinado pela Portaria 31/2003 do IBAMA, que afirma que somente é permitida a entrada para a trilha do Malacara pelo Posto de Controle da Fortaleza e que as trilhas do Fortaleza e Malacara não sendo permitidas a partir de Praia Grande e de Jacinto Machado. Deonir afirma que enquanto não houver uma revisão dessa portaria é papel do Ibama aplicar a legislação, ao que é questionado sobre qual a forma de enquadramento de uma possível multa. Tatiana fala que a infração é definida a partir do Artigo 40 da Lei de Crimes Ambientais e do Plano de Manejo. Cecília Hipólito discorre sobre a hierarquia das Leis e a relação entre estas e o Plano de Manejo. É sugerida a apresentação do Plano de Manejo na próxima reunião do Conselho Gestor. Questiona-se porque a mudança entre o “pode” anterior e o “não pode” atual é tão brusca; afirma-se que se a prática de trilha for proibida há um maior risco de degradação dos parques; sugerem que haja mais cursos sobre turismo, visando incentivar as trilhas, e não proibi-las. Questiona-se qual a justificativa técnica para a portaria 31/2003 se em 1996 foram realizados pelo Ibama cursos que incentivavam trilhas. Tatiana discorre sobre as razões técnicas, falando sobre a falta de pessoal, falta de estrutura, a existência de áreas não indenizadas e a segurança do usuário. Questiona-se sobre as perspectivas de indenização de terras e a efetiva implantação do Plano de Manejo, que sugere trilhas. Deonir ressalta que para fazer as trilhas em áreas não indenizadas é necessário fazer um Termo de Ajustamento de Conduta com os proprietários. Deonir se compromete a fazer a trilha a partir de Jacinto Machado para ver os impactos ambientais, os proprietários que teriam que fazer Termos de Ajustamento de Conduta e a possibilidade ou não de viabilização das trilhas. Sugere que os conselheiros, por sua vez, falem com o proprietário Renato Argenta, que possui grandes áreas dentro do Parque e cujo contato – através do Ibama - é muito difícil; fica aprovado que AETURCS e Prefeitura de Cambará (a partir das secretarias de agricultura e do meio ambiente ou, preferencialmente, a partir do prefeito) farão o contato com o referido proprietário.

Deonir é questionado sobre o incremento da estrutura dos parques e a possibilidade de utilizar recursos da compensação da BR101 neste item, ao que Deonir ressalta que o recurso da compensação será utilizado preferencialmente para a regularização fundiária, conforme prevê a legislação. Outros conselheiros ressaltam a importância da regularização fundiária e as dificuldades da sobrevivência dentro do parque.

Afirma-se que há uma incoerência do Ibama no fato de haver trilhas autorizadas em áreas não indenizadas e justificar a não possibilidade das trilhas em decorrência das propriedades no interior do Parque. Deonir responde que não possui o histórico que resultou nos acordos de uso sobre áreas não indenizadas.

Questiona-se sobre a dificuldade de acesso ao Plano de Manejo, principalmente para quem não tem computador, e que é fundamental que todos tenham acesso a este plano, principalmente para saber os limites do parque, que não estão claramente definidos. Tatiana responde que há a possibilidade de ver o Plano de Manejo através dos CD's cedidos às prefeituras e que há uma cópia impressa na sede do Parque. Cecília Hipólito faz uma fala destacando as principais ações desenvolvidas nos Parques Nacionais nos três anos que está a frente da Gerência Executiva do Rio Grande do Sul; discorre também sobre a importância do diálogo entre o poder público e a sociedade, visando uma gestão participativa e com responsabilidades compartilhadas.

É dado início ao quarto ponto da pauta – credenciamento de agentes de turismo e condutores – com Deonir falando da necessidade de rever o credenciamento tanto das agências de turismo como dos condutores; é sugerido e aprovado por unanimidade a criação de dois grupos de trabalho para tratar do tema: Grupo de Trabalho Agências de Turismo (composto por Ibama, SETUR, SANTUR e Secretarias de Turismo dos três municípios) e Grupo de Trabalho Condutores (composto por APCE, Associação Tigre Preto, ACONTUR e demais associações interessadas). A primeira reunião do Grupo de Trabalho Agências de Turismo ficou agendada para o dia vinte e oito de março e do Grupo de Trabalho Condutores

